

As origens filosóficas da economia austríaca

POR DAVID GORDON

traduzido por Rick Theu



*A Escola Austríaca de Economia surgiu em oposição à Escola Histórica Alemã; e **Carl Menger** desenvolveu suas visões metodológicas em combate com o grupo rival. Gordon discute as doutrinas filosóficas da Escola Histórica e examina algumas das influências filosóficas sobre os fundadores da Escola Austríaca.*

*Esta monografia foi preparada a partir da transcrição de uma palestra do Dr. Gordon no programa de verão da **Mises University** na Stanford University em 1994. O estilo informal de uma apresentação oral foi mantido aqui. O texto foi editado, expandido e ligeiramente documentado.*

Sumário

Introdução	5
A Escola Histórica Alemã	7
Franz Brentano	15
Menger e Böhm-Bawerk	18
Da Ciência Dedutiva	23
Ensaio Bibliográfico	35

Introdução

A Escola Austríaca de Economia surgiu em oposição à Escola Histórica Alemã; e **Carl Menger** desenvolveu suas visões metodológicas em combate com o grupo rival. Portanto, desejo primeiro discutir as doutrinas filosóficas da Escola Histórica, pois isso aprofundará nossa compreensão da posição contrastante da Áustria.

A seguir, examinarei algumas das influências filosóficas sobre os fundadores da Escola Austríaca, em particular Franz Brentano e seus seguidores. Brentano foi o principal filósofo austríaco do final do século XIX. Ele defendia um retorno a Aristóteles, e devo enfatizar as raízes aristotélicas da Escola Austríaca.

Eugen **Böhm-Bawerk**, a segunda grande figura da Escola Austríaca depois de **Menger**, foi influenciado por uma escola de filosofia bem diferente, os nominalistas. Examinarei brevemente sua ênfase na clareza conceitual.

Ludwig von Mises, o maior economista austríaco do século XX, viu-se alvo de ataques filosóficos. O movimento positivista lógico sujeitou sua abordagem dedutiva ou praxeológica a um escrutínio severo. Os filósofos do Círculo de Viena argumentaram que a ciência era empírica. A dedução não pode nos dar novos conhecimentos sobre o mundo, sem o uso de premissas não dedutivas. Vamos examinar a força da crítica positivista.

Antes de começar a discussão sobre os austríacos, acho essencial observar que na história intelectual é normalmente muito difícil estabelecer quem influenciou um autor em particular. Muitas vezes podemos mostrar paralelos entre as doutrinas, mas, exceto em casos especiais, geralmente não se pode obter mais do que uma hipótese sugestiva. Se um autor afirma diretamente que foi influenciado por alguém, é claro que alguém pode ir além da suposição; mas, infelizmente, os pensadores que temos aqui a considerar raramente foram explícitos sobre suas fontes intelectuais. O relato apresentado abaixo aspira, no máximo, à plausibilidade. Nenhuma interpretação histórica é apodicticamente verdadeira.

A Escola Histórica Alemã

A Escola Histórica Alemã incluía, entre outros, Adolf Wagner, Karl Knies e Gustav Schmoller. Embora a maioria das pessoas pense no grupo como restrito ao século XIX, ele durou muito mais tempo. Werner Sombart, o membro mais importante da Escola Histórica mais jovem, morreu em 1939. Sombart, aliás, era conhecido de **Mises** e professor de Ludwig Lachmann. Outro economista, Othmar Spann, que era bastante simpático à Escola Histórica, viveu até 1951. Por um curto período, Spann foi professor de Friedrich Hayek, mas Hayek foi expulso do seminário de Spann.

A visão de economia da Escola Histórica diferia não apenas da escola austríaca, mas também da economia clássica. Os membros do grupo rejeitaram as leis da economia, mesmo princípios básicos como a lei da oferta e da demanda. Eles consideravam a economia como uma disciplina histórica e prática.

Mais ou menos à maneira de Aristóteles, que caracterizou a economia como o estudo da administração doméstica, eles pensaram na economia como a ciência da administração estatal. Aqui eles continuaram a tradição dos mercantilistas alemães dos séculos XVII e XVIII, os chamados Cameralistas. Eles estavam menos interessados na teoria econômica do que no avanço do poder do Estado, particularmente do Estado prussiano ou, depois de 1871, do Império Alemão, do qual a Prússia era o principal constituinte.

Essas opiniões dificilmente soam como se fossem baseadas na filosofia. No entanto, como me parece, fortes correntes filosóficas ajudaram a

produzir as doutrinas características da Escola Histórica. Em particular, os membros da escola foram até certo ponto influenciados pelo mais influente e importante filósofo alemão do início do século XIX, Hegel.

Hegel estava muito bem informado sobre economia. Ele leu os economistas britânicos com muito cuidado, incluindo Adam Smith; Sir James Steuart era um favorito especial dele. Ele não rejeitou o mercado: muito pelo contrário, ele pensava que a propriedade e o direito ao livre comércio eram componentes muito importantes de uma boa sociedade.¹

Hegel considerou o desenvolvimento da autonomia essencial para cada indivíduo na sociedade; a esse respeito, de qualquer forma, ele não divergiu de Immanuel Kant. Para se tornar autodeterminada, uma pessoa precisa ter propriedade, por meio do qual sua personalidade se formará. Além disso, ele precisa tomar decisões. A troca oferece às pessoas apenas as oportunidades de que precisam.²

Hegel não pode, entretanto, ser considerado um defensor do livre mercado, seja no sentido austríaco de pleno direito ou na forma mais atenuada da maioria dos economistas americanos. A liberdade de troca existe dentro da sociedade civil, mas a sociedade civil está sujeita ao controle do Estado.

Ao elaborar sua concepção da ordem adequada da sociedade, Hegel fez uso de uma das mais importantes de suas doutrinas filosóficas. A visão em

¹ Richard Dien Winfield, *The Just Economy* (Nova York: Routledge, 1988) discute e defende as doutrinas econômicas de Hegel

² Jeremy Waldron, *The Right to Private Property* (Oxford: Oxford University Press, 1988) analisa elaboradamente o argumento de Hegel para a propriedade privada.

questão influenciou os principais sucessores de Kant - Johann Fichte e Friedrich Schelling, bem como Hegel. Geralmente é chamada de doutrina das relações internas.

De acordo com este princípio, tudo o que existe está unido em uma unidade estreita. Mais exatamente, se duas substâncias mantêm uma relação, nenhuma seria a mesma substância se a relação fosse alterada. Uma relação gera uma propriedade relacional que faz parte da essência de seu portador.³

Um exemplo talvez torne isso mais claro. Suponha que eu não conheça o presidente Bill Clinton. Se eu o conhecesse, continuaria a ser a mesma pessoa. Não estar familiarizado com Clinton não faz parte da minha essência. Então, pelo menos é o que o senso comum diz.

O defensor das relações internas nega isso. Ele acha que todas as propriedades de uma entidade são essenciais para ela. Meu encontro com o presidente Clinton afeta cada uma de minhas outras propriedades. A pessoa que se encontrou com o presidente é uma pessoa diferente daquela que não o conheceu, por mais semelhantes que sejam.

Além disso, as relações de cada substância cobrem todo o universo. Tudo está relacionado a tudo o mais.

A doutrina das relações internas tem consequências drásticas para a ciência. Uma vez que todas as coisas estão conectadas, o conhecimento completo de qualquer coisa requer conhecimento de tudo. O método

³ Brand Blanshard, Reason and Analysis (La Salle, Ill.: Open Court, 1973, p. 475.

característico da economia procede por meio do uso de teorias ou modelos. Eles consideram um determinado grupo de fatores isolados do resto do mundo.

Os defensores das relações internas considerariam esse método ilegítimo. Considerar certos fatores separadamente de tudo o mais é garantir uma imagem enganosa. Em vez disso, o economista deve chegar o mais perto possível de um quadro total de tudo o que se relaciona com a economia.

Assim, a economia não deve ser totalmente separada de outras disciplinas ligadas à sociedade. Deve ser estudado juntamente com história, ciência política, ética, etc. Cada sistema econômico existe como uma entidade concreta inserida em uma sociedade particular. Não existem leis universais da economia, uma vez que pressupõem que a economia pode ser estudada separadamente do resto da sociedade. No máximo, as leis econômicas estão confinadas a determinados tipos de sociedade.

A visão de que a economia está fortemente interligada com outras instituições sociais é uma aplicação de uma categoria da Lógica de Hegel: a unidade orgânica.⁴ Em um animal, as partes funcionam em relação umas às outras, subordinadas a todo o organismo. É exatamente assim que funciona a economia, segundo a Escola Histórica.

Hegel de forma alguma pensou que a unidade orgânica fosse a categoria mais elevada. No entanto, era o mais longe que se podia chegar nas ciências. Embora eu tenha concentrado a discussão da unidade orgânica na

⁴ Para uma defesa da unidade orgânica por um hegeliano contemporâneo, ver Errol Harris, *The Foundations of Metaphysics in Science* (Nova York: Humanities Press, 1965), pp. 279-84.

economia, Hegel aplicou a noção muito extensivamente em outros lugares. Em seu raramente estudado *Filosofia da Natureza*, Volume II da *Enciclopédia*, ele criticou Sir Isaac Newton. Kant enxergava a física de Newton como o ideal de conhecimento; mas, para Hegel, as teorias de Newton sofriam de uma falha fundamental. Newton distinguia nitidamente a física de outras áreas do conhecimento: seu sistema dependia apenas de um conjunto declarado de suposições. Em contraste, Hegel elogiou Johannes Kepler, que tentou trazer as leis da astronomia em correspondência com as doutrinas místicas sobre os números.

Hegel tentou aplicar na prática o que ensinou na teoria. Em sua tese de doutorado, ele procurou mostrar que necessariamente o número de planetas no sistema solar era sete. O número de planetas não por acaso era sete: isso contradiria a doutrina das relações internas. Logo após o surgimento da dissertação, outro planeta foi descoberto, o que perturbou bastante. No entanto, Hegel nunca revisou sua visão de que todas as relações são necessárias.

Há ainda outra parte da filosofia de Hegel que impede o caminho para a ciência econômica. Como a economia e as outras ciências hoje concebem as leis, elas se aplicam tanto ao futuro quanto ao passado. Por exemplo, de acordo com a lei da demanda, um aumento na quantidade demandada de uma mercadoria resultará em um aumento em seu preço, mantendo-se as demais variáveis. A lei se aplica não apenas a aumentos anteriores na demanda, mas também a aumentos futuros.

Hegel duvidava que o futuro fosse previsível, pelo menos em aspectos importantes. O filósofo só poderia resumir o passado: ele não poderia

revelar o progresso futuro do espírito absoluto. Como ele diz no prefácio de *Filosofia do Direito*, "*a coruja de Minerva só alça voo com a chegada do crepúsculo*".

Pode-se objetar que o próprio Hegel, mais notavelmente em *A filosofia da história*, tentou chegar às leis do desenvolvimento histórico. Na verdade, exatamente por essa razão, Karl Popper o estigmatizou como um "historicista".⁵ Mas, na verdade, sua visão da história concorda exatamente com o ceticismo sobre o futuro que acaba de ser atribuído a ele.

A lei da história hegeliana como o crescimento da liberdade era uma descrição do passado. Ele não tentou prever desenvolvimentos futuros. Sem dúvida, pode-se dizer que o futuro, seja o que for, será governado pelo *Espírito do Mundo*. Também é verdade que o estágio final da dialética é a *Ideia Absoluta* chegando à autoconsciência plena. No entanto, isso não permite que tendências ou eventos específicos sejam previstos.

O paralelo aqui com a Escola Histórica é aparente. Sombart e outros membros da Escola Histórica também tentaram elucidar os estágios do desenvolvimento histórico. Isso foi bastante consistente com a rejeição das leis universais.

O retrato do sistema de Hegel tentado aqui deve encontrar uma forte objeção. Admitindo-se que Hegel sustentava posições filosóficas, isto é, relações internas e incapacidade de prever o futuro, que são inimigas de uma

⁵ Karl Popper, *The Open Society and Its Enemies*, vol. II (Nova York: Harper, 1967), pp. 27-80.

ciência econômica, não se segue que ele pensasse que toda ciência era governada por esses pressupostos. São teorias filosóficas, não científicas.

É certamente correto que a filosofia de Hegel não é logicamente inconsistente com uma ciência da economia. Mas, na medida em que essa filosofia entrou em circulação geral, seus pressupostos fundamentais tenderam a inibir o crescimento da economia científica. A evidência disso consiste nas doutrinas distintivas da Escola Histórica e seus paralelos hegelianos. As críticas ao "método de isolamento" por Sombart e outros são particularmente sugestivas da doutrina das relações internas.

Uma interpretação potencialmente enganosa precisa ser observada. Não afirmo que os membros da Escola Histórica se consideravam hegelianos. Após a morte de Hegel em 1831, sua filosofia entrou em eclipse. No entanto, os pressupostos fundamentais de seu pensamento foram difundidos na vida intelectual alemã.

Os paralelos entre Hegel e a Escola Histórica vão além da filosofia. Doutrinas econômicas específicas professadas pela escola ecoam os pontos de vista de Hegel. A principal crítica que a Escola Histórica dirigiu contra o capitalismo dizia respeito ao abandono da agricultura. Devido à ênfase indevida na eficiência econômica, os métodos tradicionais de agricultura corriam o risco de cair em desuso. Por falar nisso, a agricultura pode sofrer um declínio absoluto, se a pressão do mercado induzir agricultores e trabalhadores a entrar na indústria.

Ganhos em eficiência pouco interessavam à Escola Histórica. Em vez disso, a agricultura era para eles a espinha dorsal da sociedade e precisava ser preservada. Exatamente a mesma posição é encontrada na *Filosofia do Direito* de Hegel. A agricultura conta como uma "propriedade" que deve ser salvaguardada: recebe representação como uma entidade coletiva no legislativo.

De maneira mais geral, Hegel via o Estado como o diretor da economia. A "sociedade civil", embora não fosse parte do estado, estava sob sua autoridade. Permitir um escopo irrestrito às supostas leis da economia clássica era subordinar uma entidade superior, o estado, a uma inferior, a economia. Em vez disso, a economia deve ser manipulada para aumentar o poder do estado.

Não é por acaso, sugiro, que a Escola Histórica favoreceu precisamente as mesmas opiniões. **Mises**, em *Governo Onipotente*, descreveu em detalhes a maneira como os economistas alemães antes da Primeira Guerra Mundial defendiam o uso da economia como meio de promover o poder do Estado. O comércio não deve ser livre, mas controlado pelo Estado para seus próprios fins.⁶

⁶ Ludwig von Mises, *Omnipotent Government* (New Haven: Yale University Press, 1944).

Franz Brentano

A Escola Austríaca era diametralmente oposta à Escola Histórica Alemã.⁷ Em vista da vasta divergência das duas escolas de economia, pode-se esperar diferenças substanciais na formação filosófica. Isso é realmente o que se encontra. O principal filósofo que influenciou **Carl Menger** foi Franz Brentano. Ele rejeitou resolutamente a doutrina das relações internas, junto com o restante do sistema hegeliano.

Brentano, que foi professor de filosofia na Universidade de Viena durante a última parte do século XIX, era colega e amigo de **Menger**. Brentano foi durante a maior parte de sua vida adulta um padre católico romano; mas depois de uma disputa teológica, ele abandonou a Igreja e foi forçado a renunciar ao cargo de professor.

Seu treinamento escolar contribuiu para seu forte interesse por Aristóteles. Ele desprezou Kant e Hegel, vendo-os como figuras retrógradas. Mais importante para o nosso propósito atual, ele rejeitou a doutrina das relações internas.

Ele não acreditava que tudo estivesse tão intimamente ligado a tudo o mais que nada pudesse ser estudado separadamente. Muito pelo contrário, a mente era nitidamente distinta do mundo externo. Além disso, Brentano estendeu sua abordagem analítica e dissecante da própria mente. Ele distinguiu atos de consciência de seus objetos.

⁷ O tratamento dado à Escola Histórica Alemã foi influenciado por Ludwig von Mises, *The Historical Setting of the Austrian School of Economics* (Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1984). Não tratei das diferenças entre as escolas históricas anteriores e posteriores. Meus comentários se aplicam principalmente a este último.

O estudo da mente de Brentano, “*Psicologia de um ponto de vista empírico*”, foi provavelmente sua obra filosófica mais famosa e dá uma contribuição vital para a compreensão da teoria austríaca do valor. Brentano nesta obra e em várias obras menores aplicou sua noção geral de mente ao conceito de valor. Sua abordagem da mente derrubou a noção prevalecente do comum mental a quase todos os filósofos desde René Descartes. A posição a que ele se opunha era especialmente característica dos empiristas britânicos.

Filósofos como John Locke e David Hume sustentaram, de maneira simplificada, que as ideias são imagens impressas na mente por objetos externos. Ao menos quando recebe impressões, a mente é passiva. Os empiristas reconheceram poderes ativos da mente até certo ponto. Mas para que os poderes ativos funcionassem, a mente primeiro precisava ter ideias impressas nela. (Ideias inatas são uma complicação que, para nossos propósitos, pode ser ignorada.)

O funcionamento da mente na percepção, de acordo com Locke e Hume, era essencialmente automático. Se alguém visse um determinado objeto, uma ideia entraria em sua mente. As várias ideias que alguém acumulou foram conectadas por leis de associação. Havia pouco espaço para a mente operar de maneira autônoma. Na verdade, Hume negou que houvesse uma ideia separada de sua própria existência: tudo o que ele conseguiu localizar foi um fluxo de percepções.

Brentano rejeitou totalmente a posição esboçada. As "ideias" dos empiristas não designavam de fato atividades mentais: ao contrário, na medida

em que existiam, eram os objetos da atividade da mente. Se, por exemplo, penso em uma cadeira, minha ação mental não é uma imagem da cadeira encontrada em minha mente. O que minha mente faz é pensar em um objeto. Pensar é uma ação, um "fazer" mental, por assim dizer. O termo de Brentano para ação mental era intencionalidade: em seu famoso slogan, é a "*marca do mental*".

Em vista da importância da intencionalidade, arriscamo-nos a trabalhar no assunto. Uma intenção é uma saída mental ou agarrar um objeto: pode ser diagramada como uma flecha indo da mente ao objeto.

Ao falar de "objeto", sou culpado de uma ambiguidade. Um objeto de uma intenção pode ser um objeto mental, por exemplo, as ideias dos empiristas, ou um objeto físico. O ato intencional se estende "para fora" da mente para fazer contato direto com o mundo real? Esta é uma questão difícil de responder, já que o sistema de Brentano é bastante nebuloso nesse ponto.⁸

⁸ As opiniões de Brentano são muito bem analisadas em David Bell, Husserl (Londres: Routledge, 1990)

Menger e Böhm-Bawerk

Menger aplicou o conceito de intencionalidade ao valor econômico. Ele não considerava um sentimento de prazer ou dor que vinha à mente automaticamente quando alguém percebia um objeto. Muito pelo contrário, uma preferência no sistema de **Menger** é um julgamento: gosto de X (ou não gosto de X). O julgamento em questão é um ato de preferência: à medida que a intencionalidade do pensamento agarra um objeto, um julgamento de preferência "se move" em direção a um fim. Em termos ligeiramente diferentes, preferir algo é avaliá-lo: classificá-lo em sua escala de valores.

Em contraste, William Stanley Jevons tinha uma noção de valor totalmente diferente. Ele igualou valor com utilidade ou prazer, mensurável em unidades. Ele pensava que um objeto criava um certo número de unidades de prazer na mente de uma pessoa quando ela entrava na forma apropriada de contato com ele. A pessoa como tal realmente pouco tem a fazer em relação à avaliação. O que quer que criasse mais unidades de prazer, uma questão estritamente objetiva, era *ipso facto* mais valioso.

Nas histórias convencionais da classe econômica Jevons e **Menger** junto com Léon Walras como os co-criadores da "revolução subjetivista". Mas, na verdade, **Menger** não deve ser colocado no mesmo grupo que os outros dois. (Walras não será discutido em detalhes aqui: ele tendia a considerar "valor" como uma unidade arbitrária ou numerário.) Apenas **Menger** tinha a noção de valor como um julgamento, uma visão que refletia a análise de Brentano sobre o assunto.

É claro que **Menger** não foi o único austríaco importante a ser influenciado pela filosofia. Seu discípulo **Eugen von Böhm-Bawerk** também expôs temas filosóficos em sua obra. Como **Menger**, ele rejeitou o argumento da Escola Histórica de que não havia leis econômicas universalmente válidas. Em um ensaio incisivo, "*Controle ou Direito Econômico*", ele criticou a afirmação de que o Estado tem a capacidade de garantir uma economia próspera em desrespeito soberano às leis econômicas. Ao assumir essa posição, ele rejeitou implicitamente a posição de que todas as relações são internas; como já enfatizamos, essa visão exclui a possibilidade de leis científicas.

Ao contrário de **Menger**, a principal inspiração filosófica de **Böhm-Bawerk** não foi Brentano, e por meio dele Aristóteles; em vez disso, foi o filósofo medieval Guilherme de Occam. A doutrina que **Böhm-Bawerk** assumiu de Occam, entretanto, não era exclusiva dele, mas permaneceu na tradição aristotélica.

A visão em questão era que os conceitos precisavam ser rastreados até suas origens na percepção, sua fonte última. Se, por exemplo, Hegel se refere ao Espírito Absoluto, um analista na tradição de **Böhm-Bawerk** perguntaria: de onde vem essa noção? Pode-se mostrar como isso pode ser alcançado por meio da abstração da experiência? Se não for possível, o conceito deve ser rejeitado como sem sentido.

Como a questão nos preocupará muito mais tarde, cabe um ponto de esclarecimento. **Böhm-Bawerk** não sustentou que cada conceito deve referir-se diretamente a algo perceptível pelos sentidos. Claramente, sua fonte Occam nunca teria sustentado tal ponto de vista, visto que Deus não é

perceptível e Occam era um cristão devoto. Em vez disso, a posição é mais limitada. Os conceitos que não se referem a algo perceptível devem ser derivados de conceitos de coisas perceptíveis.

Ao usar este método de análise, **Böhm-Bawerk** destruiu por terra os esforços confusos da Escola Histórica para descrever o espírito de uma época e postular "leis" únicas para culturas particulares. O objetivo da análise de **Böhm-Bawerk** era prático. Ele desejava saber que uso científico poderia ser feito dos conceitos. Dessa forma, embora não com base filosófica, seu procedimento se assemelhava à busca na filosofia da ciência moderna por definições operacionais.

Böhm-Bawerk não parou no conceito em seus esforços hercúleos para alcançar a clareza. Ele prestou atenção minuciosa à análise de argumentos particulares apresentados por outros economistas. Ao descobrir erros lógicos neles, a falsa doutrina seria derrubada e a causa da análise correta iria avançar. O exemplo mais famoso desse procedimento é seu exame devastador da economia de Karl Marx.

Ele dedicou duas obras principais à crítica de Marx: um capítulo em "*Capital e Juros*" e um panfleto publicado separadamente, *Karl Marx e o Fim de Seu Sistema*. Por um trabalho caracteristicamente preciso e detalhado, **Böhm-Bawerk** minou o princípio-chave da economia marxista, a teoria do valor-trabalho. O mais famoso é que ele mostrou que Marx era incapaz de explicar os preços de produção pelo uso dos preços do trabalho. Mas, caracteristicamente, isso não foi suficiente para ele. Embora a dificuldade que acabamos de mencionar, o chamado problema da transformação, tenha sido

suficiente para arruinar a economia marxista, **Böhm-Bawerk** não limitou sua discussão a essa questão. Ele criticou virtualmente todas as frases na derivação de Marx de sua teoria do valor.

Até agora, descrevemos a maneira como as ideias filosóficas afetaram o tratamento de **Menger** e **Böhm-Bawerk** de várias questões dentro da teoria econômica. Mas a filosofia também os influenciou em questões mais amplas. A visão austríaca do método na economia manifesta doutrinas filosóficas distintas.

Por um lado, tanto **Menger** quanto **Böhm-Bawerk** enfatizaram muito que apenas indivíduos agem, uma posição que mais uma vez os colocou em oposição à Escola Histórica com suas raízes hegelianas. De acordo com o princípio do individualismo metodológico, estados, classes e outras entidades coletivas são redutíveis a indivíduos em relações uns com os outros. Declarações como "a França declarou guerra à Alemanha em 1870" são abreviações para declarações sobre pessoas específicas. Esta posição pode parecer óbvia: parece estranho pensar no estado agindo de uma forma não redutível às ações das pessoas que o compõem.

No entanto, durante o final do século XIX, esse ponto não era de forma alguma dado como certo. A Escola Histórica rejeitou o individualismo metodológico, e a eles se juntou nessa rejeição o mais importante historiador jurídico alemão da época, Otto von Gierke. Mesmo em um período muito posterior, o economista austríaco Othmar Spann sustentou pontos de vista holísticos semelhantes.

Spann, que já foi mencionado brevemente, achava que considerar os indivíduos como atores separados era o cúmulo da tolice. Os indivíduos existem em relacionamentos que formam seus personagens. Devemos considerar essas relações como todos incapazes de análises posteriores. Poucos economistas hoje defendem essas opiniões, mas o fato de que elas nos parecem tolas atualmente decorre em parte da campanha bem-sucedida pelos austríacos pelo individualismo.

Quais são as raízes filosóficas do individualismo metodológico? Aqui, sugiro, devemos mais uma vez retornar a Aristóteles. Na *Ética a Nicômaco*, ele enfatiza a ação humana individual. Mais especulativamente, pode-se apontar para o papel das substâncias individuais na *Metafísica*, mas o desenvolvimento deste ponto nos levaria muito longe.⁹

⁹ Para uma excelente introdução breve a Aristóteles, ver Henry Veatch, *Aristotle: A Contemporary Appreciation* (Bloomington: University of Indiana, 1974).

Da Ciência Dedutiva

Outro tema aristotélico exerceu grande influência sobre os austríacos; e este, felizmente, é mais fácil de documentar. O método característico da economia austríaca, levado ao ponto culminante em **Mises**, é a dedução. Começa-se com um axioma evidente ("o homem age") e, com a ajuda de alguns postulados subsidiários, deduz-se toda a ciência da ação humana.

De onde vem essa noção de ciência? Embora, como mencionado anteriormente, seja muito difícil na história intelectual demonstrar influência direta, acho que não é por acaso que a ideia de uma ciência dedutiva é encontrada nos *Analíticos Posteriores* de Aristóteles. Aristóteles argumenta que uma ciência completa deve começar com um axioma auto-evidente e, pelo uso da dedução, esfoliar toda a disciplina. Frequentemente, as condições forçam o uso de meras hipóteses empíricas, mas isso é um mero expediente.¹⁰

A ciência empírica existe como um substituto para a ciência verdadeira, que deve funcionar por meio da dedução. Quando Brentano e outros reviveram o estudo de Aristóteles, essa visão do método tornou-se disponível para estudo nas universidades austríacas.

Aristóteles também discute a necessidade de princípios evidentes na *Ética a Nicômaco*. Ele observa que, para justificar uma proposição, normalmente se procederia citando outra proposição. Mas se as coisas continuarem assim, a tarefa não estará concluída. O que, por sua vez, justifica a

¹⁰ Aristóteles acreditava que, por meio da indução, pode-se chegar aos verdadeiros primeiros princípios. Estes constituem a base da ciência. Isso é discutido em Terence Irwin, *Aristotle's First Principles* (Oxford: Oxford University Press, 1988), p. 35

proposição avançada em apoio à afirmação original de alguém? Obviamente, pode-se citar mais uma proposição, mas esse procedimento não pode continuar para sempre.

É necessário começar com um ou mais axiomas evidentes dos quais procede a justificação. A menos que isso seja feito, os motivos apresentados em apoio às afirmações de alguém ficarão no ar. Ou acumulamos justificativas indefinidamente ou discutimos em círculo. Mais uma vez, o paralelo com o procedimento austríaco é preciso. A praxeologia nasce do axioma da ação, que por si só não requer mais nada em seu apoio.

Um erro comum precisa ser observado aqui. Não se segue do argumento do regresso sobre a justificação que devemos sempre atribuir os argumentos a um único axioma. Tudo o que o argumento mostra é que pelo menos um princípio evidente é necessário para iniciar uma cadeia de justificação. Mas nada no argumento limita o número desses princípios.

Se alguém fosse argumentar que, para evitar um regresso infinito da justificação, deve-se chegar a um único axioma, o argumento seria falacioso. O argumento, em resumo, seria que, uma vez que toda proposição que não é auto-evidente requer justificação, deve haver alguma proposição básica que é a fonte da qual todas as outras são justificadas. Isso equivale ao "argumento" de que, uma vez que todos têm um pai, alguém é o pai de todos. Obviamente, isso está errado.

Quando se afirma que uma proposição é auto-evidente, isso não significa que se esteja apelando para uma experiência psicológica de certeza em

apoio à proposição. Fazer isso seria precisamente não afirmar que a proposição era auto-evidente, uma vez que sua evidência aqui depende de outra coisa - a experiência psicológica. É irrelevante se alguém tem uma experiência "Aha" no estilo da psicologia da Gestalt ao perceber a auto-evidência de uma proposição.

O ponto é importante porque os hermenêuticos contemporâneos às vezes sustentam que os axiomas evidentes da praxeologia são, na verdade, princípios aceitos por uma comunidade particular. Essa abordagem é apenas uma variante da falácia psicológica que já consideramos. Se um determinado grupo aceita uma proposição como axioma difere da questão de saber se o axioma é auto-evidente.

Até agora, afirmei que o método dedutivo da economia austríaca deriva de Aristóteles. Mas uma objeção óbvia vem à mente. Quando nos voltamos para a terceira grande figura da Escola Austríaca, **Ludwig von Mises**, Aristóteles parece ausente de cena. Em vez disso, **Mises** recorre a uma terminologia distintamente neokantiana: em particular, ele considera as proposições da economia austríaca como verdades sintéticas *a priori*. O axioma da ação pressupõe livre escolha, mas para **Mises** isso é apenas um postulado. **Mises** não tem a pretensão de legislar para o mundo *noumenal*. Não se pode, pensa ele, descartar a possibilidade de que a ciência um dia demonstre que o determinismo rígido é verdadeiro. (Estranhamente, **Mises** aqui inverte Kant, que pensava que éramos fenomenalmente determinados, mas noumenalmente livres).

Tendo levantado essa objeção, não devo perder muito tempo nisso. Embora **Mises** de fato recorra à linguagem kantiana, nada em seu argumento

depende do sistema de Kant. Como **Mises** emprega a frase "proposição sintética *a priori*", por exemplo, ela simplesmente designa uma proposição que é necessariamente verdadeira e não uma tautologia. Aqueles que preferem uma abordagem aristotélica podem facilmente traduzir os termos de **Mises** em seu próprio uso preferido.

A principal importância de **Mises** para nossos propósitos não está em seu verniz kantiano. Em vez disso, um grupo de filósofos, os positivistas lógicos, que surgiram na década de 1920, desenvolveram doutrinas que ameaçavam minar o sistema austríaco. Suas opiniões, na medida em que interferiam no sistema de **Mises**, não desafiavam sua economia; em vez disso, foi seu método dedutivo que incitou os positivistas a protestar. Para **Mises**, então, nosso foco não está nos filósofos que o influenciaram, mas naqueles que o atacaram. Em sua resposta a esses ataques, **Mises** desenvolveu e esclareceu ainda mais a posição austríaca.

Os positivistas lógicos ou Círculo de Viena se reuniram sob a liderança de Moritz Schlick, professor de filosofia da Universidade de Viena. Embora Schlick liderasse o grupo, suas próprias opiniões não eram, em todos os aspectos, características do Círculo. Por exemplo, ele acreditava que a ética era uma ciência, enquanto a maioria dos positivistas lógicos considerava as afirmações éticas como empiricamente sem sentido.¹¹

Provavelmente, o membro mais filosoficamente importante do grupo foi Rudolf Carnap, alemão de nascimento, mas residente em Viena. Ironicamente, o irmão de **Ludwig von Mises**, Richard von Mises, pertencia ao

¹¹ Essa posição é a notória "teoria emotiva da ética".

Círculo, assim como Karl Menger, filho do fundador da Escola Austríaca. Outro membro, Felix Kaufmann, também participou do seminário de **Ludwig von Mises**. No entanto, como todos os membros do Círculo, ele se opôs fortemente à abordagem dedutiva de **Mises** ao método econômico.

O grupo em seu início não foi muito influente. Eric Voegelin, que esteve em Viena durante as décadas de 1920 e 1930, certa vez me disse em uma conversa que os positivistas lógicos eram geralmente considerados excêntricos e perturbados. A opinião negativa de Voegelin sobre o grupo talvez tenha colorido sua memória, mas seu testemunho é significativo. O Círculo tornou-se muito mais influente após a ascensão de Adolf Hitler ao poder em 1933. A situação política europeia, culminando com a anexação alemã da Áustria em março de 1938, forçou a maioria dos positivistas lógicos ao exílio. Muitos deles acabaram nos Estados Unidos e conseguiram cargos em grandes universidades. É em grande parte devido à influência positivista lógica na filosofia americana que a maioria dos economistas americanos rejeita a praxeologia. Eles consideram o método de **Mises** antiquado e escolástico, alegadamente em desacordo com os ditames da filosofia científica.

A essência do positivismo lógico pode, para nossos propósitos, ser declarada de maneira bastante simples. Todas as declarações empíricas, ou seja, declarações sobre o mundo, devem ser testáveis. Se uma afirmação não pode ser testada, então ela não tem significado empírico. Por "testável" ou "verificável" os positivistas queriam dizer "capaz de ser percebido pelos sentidos". Este é o famoso critério de verificabilidade do significado, o princípio mais conhecido do Círculo de Viena.

Pode-se ver imediatamente que a estrutura da economia austríaca está em sérios problemas se o critério de verificabilidade for aceito. De acordo com **Mises**, as proposições da economia são necessariamente verdadeiras. Mas verdades necessárias não podem fornecer informações sobre o mundo, na visão positivista lógica. Somente proposições que podem ser verdadeiras e falsas, dependendo das circunstâncias, transmitem informações. As proposições que devem ser sempre verdadeiras ou sempre falsas não. A conclusão então parece inevitável: a economia austríaca não transmite nenhuma informação sobre o mundo.

Os positivistas lógicos não negaram que algumas proposições devam ser verdadeiras. Mas, como sugerido acima, isso não ajuda em nada a economia austríaca. As verdades logicamente necessárias são apenas tautologias, ou seja, afirmações que não transmitem nenhuma informação nova sobre o mundo.¹² Um excelente exemplo de tautologia é uma definição. No exemplo clássico banal, a declaração "um solteiro é um homem que nunca se casou acima de uma certa idade" não transmite nenhuma informação sobre o mundo. Ele apenas oferece uma definição. Uma definição nos diz que duas expressões podem ser substituídas uma pela outra em uma frase, preservando o valor de verdade da frase. Da mesma forma, uma proposição necessariamente falsa é a negação de uma tautologia. Se eu alegasse que alguns solteiros são casados, não estaria fazendo uma falsa afirmação sobre a realidade. Eu estaria usando mal a expressão "solteiro".

¹² J. Albert Coffa, *The Semantic Tradition From Kant to Carnap: To the Vienna Station* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991) oferece uma descrição abrangente da filosofia dos positivistas lógicos.

A economia austríaca foi golpeada por essas considerações? **Mises** certamente não pensava assim. Em *O Fundamento Último da Ciência Econômica*, ele abordou a afirmação de Karl Popper de que as proposições científicas devem ser falsificáveis. Embora Popper não fosse um positivista, ele pretendia que seu critério de falsificação separasse as afirmações científicas das não científicas.

O comentário de **Mises** foi desdenhoso: "se alguém aceita a terminologia do positivismo lógico [...] uma teoria ou hipótese não é científica se não pode ser refutada pela experiência. Consequentemente, todas as teorias *a priori*, incluindo matemática e praxeologia são não científicas". Este é apenas um trocadilho verbal."¹³

É fácil ver que a reação de **Mises** ao critério de verificabilidade seria a mesma. A praxeologia chega à verdade por dedução. Se alguém deseja definir "significado" de modo que as conclusões da praxeologia sejam empiricamente sem sentido, por que ele deveria se importar? Para isso, uma réplica óbvia se sugere. Os positivistas lógicos não viam seu critério de significado como uma proposta arbitrária, a ser rejeitada por qualquer pessoa que não compartilhasse das afinidades do Círculo. Pelo contrário, alegaram que sua posição era bem apoiada. Eles estão corretos?

Eu penso que não. Na verdade, o critério não tem valor, uma vez que todas as afirmações são verificáveis sob ele. Suponha que " p " seja uma afirmação verificável não controversa, por exemplo, "há uma cadeira nesta

¹³ Ludwig von Mises, *The Ultimate Foundation of Economic Science*. (Kansas City: Sheed Andrews e McMeel, 1977), p. 70

sala". Tomemos " q " como uma afirmação que os positivistas lógicos rejeitam como sem sentido. Um bom exemplo é aquele que Rudolf Carnap ridicularizou quando pediu o fim da metafísica. Ele citou o seguinte, de Martin Heidegger, *Ser e Tempo* (1927): "O não-nada em si". Não tentarei explicar isso: pode-se ver por que Carnap o apresentou como um exemplo paradigmático de uma afirmação sem sentido.

O princípio de verificação elimina isso? Surpreendentemente, não. De p , deduzimos p ou q . (Esta etapa não é controversa.) Supondo que uma consequência lógica de uma proposição verificável seja ela própria verificável, $(p$ ou $q)$ é verificável. Além disso, se p é verificável, então a negação de p é verificável; este princípio parece difícil de questionar. Agora, considere este argumento:

$$p \text{ ou } q \text{ não-}p$$

$$q$$

Este argumento é válido e cada uma de suas premissas é verificável. Então, q é uma consequência lógica de proposições verificáveis, e também é verificável. Obviamente, se o critério de verificação não pode eliminar "o nada em si", ele não vale muito.

Um critério de falsificação não é melhor. Se p é falseável, então $(p$ e $q)$ é falseável. Mais uma vez, não- p deve ser falseável se p for, embora Karl Popper tenha implausivelmente negado isso. Por um argumento paralelo ao da verificação, concluímos que q é falseável.

Pode-se pensar que isso é um mero truque, facilmente evitável por meio de uma ligeira modificação do princípio. Tem havido muitas tentativas de formular um critério que forneça os resultados "corretos", mas até agora todos falharam em resistir às críticas.

No entanto, algumas pessoas persistirão em pensar que o princípio é basicamente correto. Para eles, podemos propor uma objeção mais profunda, embora mais maçante do que a anterior: por que alguém deveria aceitar o critério de verificabilidade? Certamente os proponentes disso nos devem algum argumento de que as declarações que desejam eliminar como sem sentido realmente não têm sentido. Na verdade, eles não fornecem nenhum. Talvez a melhor descrição do critério de um ponto de vista simpático seja encontrada em *Aspects of Scientific Explanation* (1965) de Carl Hempel. Hempel descreve detalhadamente as modificações e complicações do critério nas décadas em que foi discutido. Mas ele não oferece nenhum argumento a seu favor. **Mises** estava totalmente certo. O princípio de verificação é uma formulação arbitrária que não tem direito a nosso apoio.

Antes de abandonar o princípio da verificação, gostaria de mencionar outra crítica avançada contra ele. Muitos oponentes do positivismo lógico afirmam que o critério é auto-refutável. Ela mesma não é analítica nem verificável: portanto, por aplicação a si mesma, não tem sentido. O fenomenologista polonês Roman Ingarden foi provavelmente o primeiro a fazer essa crítica, e ela foi apresentada de maneira muito eficaz por **Hans-Hermann**

Hoppe. Não discutirei essa objeção em detalhes aqui: basta dizer que, se tratada com cuidado, a crítica atinge o alvo.¹⁴

Em minha opinião, as considerações anteriores descartam o positivismo lógico, pelo menos para nossos propósitos. Devido à grande influência de Karl Popper na metodologia econômica contemporânea, no entanto, acho aconselhável fazer algumas observações sobre sua variante do positivismo.

Popper teve algum efeito na economia austríaca, em grande parte devido ao fato de que Friedrich Hayek, seu amigo íntimo, até certo ponto abandonou a praxeologia e adotou o falseacionismo. Ao fazer isso, Hayek enfatizou novamente uma tendência positivista em seu pensamento que está presente desde seus dias de universidade. Ele ficou profundamente impressionado com o físico e filósofo Ernst Mach, cujas opiniões em muitos aspectos se assemelhavam ao positivismo lógico. Mach rejeitou conceitos da física que não podiam ser derivados dos sentidos. Por exemplo, ele se recusou a aceitar a doutrina do movimento absoluto de Newton porque, em sua opinião, faltava referência empírica. Ele também rejeitou o atomismo: os átomos não existiam realmente, mas eram uma mera hipótese.

As tendências machianas de Hayek emergem com força total em *The Sensory Order*, seu estudo da percepção. Popper não pode ser culpado ou creditado pelo positivismo de Hayek. O que ele fez foi ajudar a trazer a extensão do positivismo de Hayek à economia.

¹⁴ A crítica pressupõe que o primeiro argumento dado acima pode ser evitado. Caso contrário, o critério é verificável, uma vez que todas as afirmações são verificáveis. O positivista não achará essa "defesa" do seu agrado.

Mas esta foi uma digressão. Voltando a Popper, sua doutrina básica modifica o critério de verificabilidade. Em vez de dizer que uma declaração significativa sobre o mundo deve ser empiricamente verificável, Popper afirma que uma declaração científica deve ser falseável. Popper nega totalmente a associação com os positivistas: ele enfatiza que seu critério de falsificação é um teste para afirmações científicas, não um critério de significado. Pelo menos em seus primeiros anos, porém, ele deu pouca importância a afirmações não científicas; e embora nos últimos tempos ele tenha se tornado cada vez mais disposto a aceitar declarações "metafísicas", ele não as considera verdadeiras ou falsas. Não é de admirar que Carnap e Herbert Feigl classificassem Popper como um aliado.

Dizer que uma proposição deve ser "falseável" em vez de "verificável" à primeira vista parece trivial. Se uma proposição é verificada, sua negação é falsificada; se uma proposição é falsificada, sua negação é verificada. Considere, por exemplo, "A curva de demanda se inclina para baixo e para a direita." Sempre que isso é verificado, sua negação, "a curva de demanda não consegue se inclinar para baixo e para a direita", é falsificada.

Além disso, uma vez que qualquer proposição é verificável (como mostrado acima), a negação de qualquer proposição é falseável. Mas a negação de uma proposição é, naturalmente, também uma proposição. Sua negação é então falseável. Visto que essa negação é idêntica à proposição da qual partimos, concluímos que qualquer proposição é verificável e falsificável.

Então, por que tanto barulho? O critério de falsificação de Popper é, na verdade, muito mais do que uma trivialidade. Ele afirma que confirmar uma proposição não aumenta a probabilidade de que seja verdadeira, uma vez que ele rejeita a indução. Não importa quantas vezes uma curva de demanda tenha inclinado para baixo e para a direita, as chances de que essa afirmação seja verdadeira não aumentaram. **Mises** demonstrou o bom senso característico de não ter nada a ver com o ceticismo de Popper.

Em cada estágio do desenvolvimento da economia austríaca, a filosofia tem sido uma presença acompanhante, embora não dominante. A ação, esse “leitmotiv” da praxeologia, recebeu na tradição austríaca uma análise distintamente aristotélica. A economia austríaca e uma filosofia realista parecem feitas uma para a outra.

Ensaio Bibliográfico

Minha discussão sobre as doutrinas econômicas da Escola Histórica Alemã baseia-se principalmente em duas obras de **Ludwig von Mises**: *O contexto histórico da Escola Austríaca de Economia* (Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1984) e *Governo Onipotente* (New Haven: Universidade de Yale Press, 1944). Erich Streissler afirma que as críticas de **Mises** à Escola Histórica Alemã se aplicam apenas à Escola Histórica posterior. A escola histórica anterior era muito mais simpática à teoria econômica. Veja o ensaio de Streissler em B. Caldwell, ed. Carl Menger e seu legado (History of Political Economy, Suplemento Anual do Volume 22, Durham, NC: Duke University Press, 1990), pp. 31-68. "A influência da economia alemã no trabalho de Menger e Marshall" (Glencoe, Ill : Free Press, 1951).

Quanto a Werner Sombart, veja a discussão de Mortin J. Plotnick, Werner Sombart e His Type of Economics (Nova York: EcoPress, 1937). A abordagem de Sombart pode ser exemplificada em seus *Judeus e o Capitalismo Moderno* (Nova York: EcoPress, 1962) e *The Quintessence of Capitalism* (Londres: TF Unwin, Ltd, 1915). Eles combinam uma grande quantidade de dados históricos com pouca análise. Sombart acabou apoiando Hitler: ver *A New Social Philosophy* (Princeton: Princeton University Press, 1937).

Muito pouco de Othmar Spann está disponível em inglês; mas seu *History of Economics* (New York: Norton 1930) deixa claro o quão fortemente ele foi influenciado pelo pensamento romântico alemão, especialmente por Adam Mueller. A relação de Hegel com o Romantismo é uma questão complicada não discutida neste ensaio. Para um tratamento importante, o

capítulo "Expressionism" em Charles Taylor, *Hegel* (Cambridge: Cambridge University Press, 1975) deve ser consultado. Lewis Hinchman, *Hegel's Critique of the Enlightenment* (Gainesville: University Presses of Florida, 1984) também é excelente.

Para o estudo de economia de Hegel, Laurence Dickey, *Hegel: Religion, Economics and the Politics of Spirit 1770-1807* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987) é um relato muito bem documentado. Ele enfatiza a tentativa de Hegel de ajustar suas crenças religiosas e filosóficas às suas investigações econômicas e históricas.

Sobre a doutrina das relações internas, HH Joachim, *The Nature of Truth* (Oxford: Clarendon Press, 1906) apresenta uma forte defesa da teoria. GE Moore "Relações Internas e Externas" em seus *Estudos Filosóficos* (New York: Harcourt, Brace, 1922) é uma crítica muito importante. Moore afirma que a visão das relações internas repousa em uma falácia: dizer que algo será diferente se carecer de qualquer propriedade que de fato possui é uma verdade trivial. Não se segue que uma coisa sem nenhuma de suas propriedades relacionais seria alguma outra coisa. Brand Blanshard, *Reason and Analysis* (La Salle, Ill.: Open Court, 1973), defende a doutrina contra todos os detratores.

A doutrina das relações internas está intimamente relacionada à noção de unidade orgânica. Sobre a unidade orgânica na filosofia de Hegel, um dos melhores tratamentos é o de JME McTaggart, um filósofo de notável mérito por seus próprios méritos. Veja seus *Studies in the Hegelian Dialectic* (Cambridge: Cambridge University Press, 1922) e *Studies in Hegelian Cosmology* (Cambridge: Cambridge University Press, 1901). Devo advertir o

leitor de que minha admiração por McTaggart como comentarista de Hegel não é universalmente compartilhada.

Uma forte defesa do uso da unidade orgânica por Hegel por um escritor totalmente familiarizado com a lógica moderna é Errol Harris, *Formal, Transcendental and Dialectical Logic* (Albany, NY: State University of New York Press, 1987). Revi este trabalho no *International Philosophical Quarterly* 30 (dezembro de 1990): 503-507. Harris respondeu em "Reply to Gordon: Formal and Dialectical Logic", *International Philosophical Quarterly* 31 (1991); para não ficar para trás, respondi em "Reply to Harris: On Formal and Transcendental Logic", *International Philosophical Quarterly* 32 (1992). Essa troca cobre várias das principais questões em disputa entre os proponentes de uma abordagem "orgânica" da lógica e seus oponentes. Harris é excelente *Cosmos e Anthropos* (Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1991) também devem ser consultados por sua análise hegeliana da ciência.

Conforme mencionado no texto, Karl Popper oferece uma interpretação contrastante da filosofia da história de Hegel daquela que eu defendo. Em seu *The Poverty of Historicism* (New York: Harper, 1964), ele tentou demonstrar que não podemos "prever o curso futuro da história" (p. Vii). Em minha opinião, seu argumento falha: ele se baseia em um equívoco nos "resultados futuros da ciência". No entanto, o livro é altamente recomendado. De longe, o melhor trabalho sobre a influência de Hegel na filosofia alemã do século XIX é John Toews, *Hegelianism* (Cambridge: Cambridge University Press, 1980). Herbert Marcuse avalia a influência de Hegel de um ponto de vista "hegeliano de esquerda" em *Razão e revolução: Hegel e a ascensão da teoria social* (Boston: Beacon Press, 1960). Embora o livro tenha alguns insights

valiosos, sua constante repetição do "poder do pensamento negativo" em Hegel é quase obsessiva. Karl Löwith, *From Hegel to Nietzsche* (New York: Anchor, 1967) é um trabalho de aprendizagem profunda.

O trabalho de Hegel sobre política e economia nos últimos anos despertou enorme interesse. William Maker, ed. *Hegel on Economics and Freedom* (Macon, Ga: Mercer University Press, 1987) apresenta uma série de interpretações diferentes. Uma das contribuições mais interessantes para o volume é de Richard Dien Winfield; em seu *Reason and Justice* (Albany, NY: State University New York Press, 1988), ele apresenta uma defesa em grande escala da economia hegeliana. Embora Winfield não seja um defensor total do livre mercado, ele simpatiza com o capitalismo muito mais do que o costume entre os hegelianos contemporâneos; e ele desenvolve algumas críticas excelentes de Marx. Harry Brod, *Filosofia da Política de Hegel* (Boulder, Colo: Westview Press, 1992) afirma que Hegel oferece um "meio-termo" entre o liberalismo e o marxismo. Steven Smith, *Hegel's Critique of Liberalism* (Chicago: University of Chicago Press, 1989) é um livro cuidadosamente elaborado. George Armstrong Kelly, *Retreat from Eleusis de Hegel* (Princeton: Princeton University Press, 1978) contrasta Hegel com pensadores políticos posteriores.

Embora no texto eu não pudesse fazer mais do que mencionar a "sociedade civil", o leitor deve estar ciente de que este se tornou um "tópico quente" na filosofia política contemporânea. Um trabalho gigantesco sobre o assunto é Andrew Arato e Jean Cohen, *Civil Society and Political Theory* (Cambridge, Mass: MIT Press, 1992). Outro volume de grande escala, como Cohen e Arato escrito de um ponto de vista socialista, é John Keane, *Democracy*

and Civil Society (Londres: Verso, 1988). ZA Pelczynski, ed., *The State and Civil Society: Studies in Hegel's Political Philosophy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1984) geralmente defende Hegel contra a acusação de apoiar um Estado todo-poderoso. Norbert Waszek, *The Scottish Enlightenment and Hegel's Account of 'Civil Society* (Boston: Kluwer, 1988) é valioso não apenas para o tópico anunciado em seu título, mas também para o estudo de Hegel sobre os economistas clássicos.

Quando passamos de Hegel para Brentano, em minha opinião, a atmosfera filosófica muda para melhor. O principal trabalho de Brentano está disponível em tradução inglesa: Franz Brentano, *Psychology from an Empirical Standpoint*, trad. AC Rancurello et al., (Londres: Routledge, 1973). A discussão de Brentano sobre julgamentos de valor "corretos" e "incorretos" está em *A Origem de Nosso Conhecimento do Certo e do Errado*, RM Chisholm e Elizabeth Schneewind, trad., (Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1969). GE Moore revisou a teoria do valor de Brentano no *International Journal of Ethics* Vol. 14 (1903), pp. 115-123. A crença de Brentano na objetividade dos valores influenciou fortemente Moore e, por um tempo, Bertrand Russell também. Thomas L. Carson, *The Status of Morality* (Dordrecht: D. Reidel, 1984) defende uma teoria de valor brentanista. **Ludwig von Mises** tinha uma opinião diferente sobre este assunto: em *Theory and History* (Washington, DC: Ludwig von Mises Institute, 1985) p. 36, n.1, ele rejeita a teoria de Brentano. Infelizmente, **Mises** não discutiu os argumentos de Brentano. A doutrina da intencionalidade de Brentano, provavelmente sua contribuição chave para a filosofia, é discutida em detalhes em David Bell, *Husserl* (Londres: Routledge, 1990).

As visões de Locke e Hume sobre a teoria do conhecimento são, receio, grosseiramente simplificadas no texto. Para uma correção, consulte HH Price, *Hume's Theory of the External World* (Oxford: Clarendon, 1940). Este trabalho mostra como Hume construiu um mundo de dados dos sentidos: é um livro lindamente escrito e um favorito pessoal. Interpretações muito diferentes da epistemologia de Hume da de Price, que sigo no texto, são fornecidas por John Wright, *Hume's Skeptical Realism* (Manchester: Manchester University Press, 1983) e Galen Strawson, *The Secret Connexion: Causation, Realism and Hume* (Oxford: Oxford University Press, 1989). Michael Ayres, *Locke, Volume I: Epistemologia* (London: Routledge, 1991) é de longe o melhor livro sobre a teoria do conhecimento de Locke. Junto com seu volume companheiro *Ontology*, é um importante tratado filosófico. Ayres defende as posições lockeanas contra muitos pontos de vista atualmente em voga.

Não tenho conhecimento de nenhum relato abrangente da filosofia de WS Jevons. Seu próprio trabalho mais importante sobre a teoria do conhecimento é *The Principles of Science* 2 vols. (Londres: MacMillan, 1874). Suas opiniões sobre a utilidade estão em *The Theory of Political Economy* (Londres: MacMillan, 1871). Uma obra vital para a compreensão do empirismo britânico do século XIX é John Skorupski, *John Stuart Mill* (Londres: Routledge, 1989). Skorupski defende muitas das teorias características dos empiristas. Um livro muito útil que contrasta os empiristas britânicos com os românticos alemães na teoria do conhecimento é Hans Aarsleff, *From Locke to Saussure* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982).

Conforme sugerido no texto, a crítica de **Böhm-Bawerk** a Marx fornece um dos melhores exemplos de seu método analítico. As críticas

posteriores à teoria dos valores-trabalho de Marx devem muito a **Böhm-Bawerk**, como pode ser visto em um dos melhores resumos de trabalhos recentes sobre a teoria: Jon Elster, *Making Sense of Marx* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985). Em meu *Resurrecting Marx* (Rutgers: Transaction Books, 1990), discuto os argumentos de **Böhm-Bawerk** com mais detalhes do que aqui.

O individualismo metodológico é, naturalmente, uma das doutrinas-chave da economia austríaca. Alan Garfinkel, *Forms of Explanation* (New Haven: Yale University Press, 1981) é uma discussão importante, mas não aceita a posição individualista. JWN Watkins, "Ideal Types and Historical Explanation" em Alan Ryan, ed., *The Philosophy of Social Explanation* (Oxford: Oxford University Press, 1973) defende o individualismo metodológico; o mesmo faz, Jon Elster, em *Making Sense of Marx*, op. cit. Estranhamente, Elster afirma que Marx foi um individualista metodológico. Margaret Gilbert, *On Social Facts* (London: Routledge, 1989) apresenta uma posição original sobre o assunto: ela argumenta que os fenômenos sociais envolvem "sujeitos plurais". Ver também Robert Nozick, *The Examined Life* (Nova York: Simon and Schuster, 1989, p. 73).

Terence Irwin, *Aristotle's First Principles* (Oxford: Oxford University Press, 1988) é um guia extraordinariamente detalhado para as visões de Aristóteles sobre o método adequado em filosofia e ciência. As noções de Irwin de "dialética forte e fraca" são especialmente úteis para a compreensão de Aristóteles. Duas das melhores discussões recentes sobre a *Ética a Nicômaco* são Sarah Broadie, *Ethics with Aristotle* (Oxford: Oxford University Press, 1991) e Richard Kraut, *Aristotle on the Human Good* (Princeton: Princeton

University Press, 1989). Douglas Rasmussen e Douglas Den Uyl, *Liberty and Nature* (La Salle, Ill.: Open Court, 1991) aplica os insights aristotélicos à filosofia política moderna. Para uma discussão da economia aristotélica e austríaca, Barry Smith, "Aristóteles, **Menger**, **Mises**: Um Ensaio na Metafísica da Economia" em B. Caldwell, op. cit. (pp. 263-88) é uma leitura essencial.

Minha observação na p. 23 sobre proposições autoevidentes deriva de GE Moore, *Principia Ethica* (Cambridge: Cambridge University Press, 1903). Michael Williams, *Groundless Belief* (Oxford: Oxford University Press, 1977) argumenta contra proposições evidentes. Para o ponto de vista da hermenêutica, consulte o principal trabalho desta escola: Hans-Georg Gadamer, *Truth and Method* (New York: Seabury Press, 1975).

Minha afirmação de que **Mises** não descartou o determinismo (p. 23) pode parecer surpreendente, mas na verdade é um eufemismo. **Mises** era um determinista: ele pensava, entretanto, que a ciência não estava agora em posição de descobrir as leis pelas quais o pensamento humano opera. Portanto, existe um espaço para a praxeologia, uma disciplina que considera os seres humanos como atores racionais. Veja *Teoria e História*, op. cit. Para um excelente relato da filosofia de Kant, ver Paul Guyer, *Kant and the Claims of Knowledge* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987). As observações de **Mises** sobre categorias de pensamento humano não o envolvem nos argumentos complexos de Kant.

De acordo com J. Alberto Coffa, *The Semantic Tradition from Kant to Carnap* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), a filosofia positivista lógica surgiu em oposição à afirmação de Kant de que o

conhecimento a priori é baseado na intuição pura. O relato mais famoso do princípio de verificação dos positivistas é AJ Ayer, *Language, Truth and Logic*, rev. ed. (Oxford: Oxford University Press, 1946). A edição revisada do livro deve ser consultada para a reformulação de Ayer do princípio em resposta às críticas. Até o fim de sua vida, Ayer manteve o princípio: veja sua "Resposta a Dummett" em Lewis Hahn, ed., *The Philosophy of AJ Ayer* (LaSalle, Ill.: Open Court, 1992), pp. 149-156. O ensaio de Michael Dummett no mesmo volume, "The Metaphysics of Verificationism", pp. 129-148, também deve ser consultado. Minha crítica no texto à visão positivista do significado deve muito a Alvin Plantinga, *God and Other Minds* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967).

Afirmo no texto que a visão de significado de Karl Popper não é melhor do que a dos positivistas. Para um argumento vigoroso em contrário, consulte WW Bartley, III, *Unfathomed Knowledge, Unmeasured Wealth* (La Salle, Ill: Open Court, 1990). Seu "racionalismo crítico" parece-me permitir acreditar no que quisermos: a crítica a que as crenças são submetidas repousa em padrões arbitrários.